

Totalidade e internacionalismo em León Trotsky

Totality and internationalism in Leon Trotsky

Felipe Demier*

Resumo

O objetivo deste artigo é, de forma breve, discutir a perspectiva internacionalista de Trotsky, mais precisamente no que tange à sua dimensão teórico-interpretativa. Concebendo o capitalismo como uma totalidade histórica, Trotsky, em suas análises sobre diversas formações sociais, em especial aquelas consideradas *atrasadas*, procurou compreender os nexos dialéticos entre seus aspectos constituintes “internos” e “externos”. A *combinação* destes aspectos nas formações sociais *atrasadas – combinação* decorrente da integração das mesmas ao sistema internacional – acabava por condicionar o caráter da revolução a ser realizado nelas. Justamente por serem fragmentos integrados dialeticamente em um todo (o capitalismo mundial), as regiões “coloniais” e “semicoloniais” não poderiam desenvolver a sua história *em separado*, e, portanto, não lhes seria possível superar seu *atraso* passando-se a um “estágio” superior ainda dentro dos marcos do capitalismo.

Palavras-chave: internacionalismo; totalidade; León Trotsky.

Abstract

The purpose of this article is, briefly, to discuss Trotsky's internationalist perspective, more specifically with regard to its theoretical-interpretative dimension. Conceiving capitalism as a historical totality, Trotsky, in his analysis of several social formations, especially those considered as backward, sought to understand the dialectical nexus between their constituent “internal” and “external” aspects. The combination of these aspects in backward social formations – a combination resulting from their integration into the international system – would condition the character of the revolution to be realized in them. Precisely because they are fragments dialectically integrated into a whole (world capitalism), the “colonial” and “semi-colonial” regions could not develop their History separately, and therefore, they could not overcome their backwardness by turning to a “stage” still within the framework of capitalism.

Keywords: internationalism; totality; Leon Trotsky.

* Doutor em História e professor da Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

A luta política entre as frações no interior do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e da Internacional Comunista (IC) após a morte de Lênin, em 1924, foi, em termos teórico-programáticos, um confronto entre duas perspectivas opostas e inconciliáveis: o internacionalismo revolucionário e o nacional-reformismo. Em maior ou menor grau, todas as polêmicas entre os dois principais agrupamentos que disputaram a ferro e fogo a direção da União Soviética e do movimento comunista internacional derivaram deste confronto de perspectivas. Tal embate político-teórico ficaria evidente na questão acerca do caráter da revolução nos chamados países *atrasados*, caracterizados pela IC como “coloniais” e “semicoloniais”. Assim, a oposição entre a defesa de Trotsky da tomada do poder pelo proletariado naqueles países *atrasados* e a estratégia “etapista” aplicada a eles pela IC estalinizada¹ não pode ser compreendida fora da oposição entre a concepção internacionalista da revolução encampada pelos trotskistas e a teoria estalinista que vislumbra a possibilidade de construção do “socialismo em um só país”².

Podemos dizer, desse modo, que a política da IC para os países “coloniais” e “semicoloniais”, assim como toda a política externa da URSS, determinava-se pelos interesses da burocracia estalinista de limitar a Revolução de Outubro aos seus marcos nacionais, o que possibilitaria, segundo a perspectiva burocrática, uma situação internacional favorável à sua manutenção (da burocracia) enquanto uma casta privilegiada no poder. Decerto, a expansão da revolução para outros países, fossem eles do ocidente ou do oriente, criaria um ambiente de agitação política no interior do Estado soviético pouco propício à consolidação de um setor social localizado “acima” da classe trabalhadora, uma “excrescência parasitária”, segundo as palavras de Trotsky. Nesse sentido, existia uma relação direta entre o isolamento da Revolução de Outubro, que havia favorecido o surgimento da burocracia, e a política externa desta última, que, por intermédio da IC, mantinha e acentuava esse isolamento:

A burocracia soviética ganhava segurança à medida que a classe operária internacional sofria derrotas cada vez mais pesadas. Entre esses dois fatos, a relação não é unicamente cronológica, mas causal e recíproca: a direção burocrática do movimento contribuía para as derrotas; as derrotas fortaleciam a burocracia. (Trotsky, 2005, p. 108)

¹ Acerca da concepção “etapista” da IC para a revolução nos países *atrasados*, assim como sua crítica feita por Trotsky a partir de sua *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, consultar Demier (2017).

² Quanto à estratégia estalinista de construção do “socialismo em um só país”, ver especialmente Stálin (1941), obra inaugural da literatura soviética dedicada à defesa do “socialismo em um só país”, e Trotsky (1985; 2005).

Operando com uma perspectiva materialista, Trotsky assim analisou a ruptura da direção estalinista com o princípio marxista do internacionalismo:

Já explicamos muitas vezes que esta revisão dos valores foi provocada pelas necessidades sociais da burocracia soviética: tornando-se cada vez mais conservadora, ela aspirava a uma ordem mundial estável; desejava que a revolução terminada, tendo-lhe assegurado uma situação privilegiada, fosse suficiente para a construção pacífica do socialismo e reclamava a consagração desta tese. Não retornaremos mais a esta questão; limitar-nos-emos a acentuar que a burocracia está perfeitamente consciente da ligação que existe entre suas posições materiais e ideológicas e a teoria do socialismo nacional. (Trotsky, 1985, p. 25)

Cientes de quais são as “necessidades sociais” das quais se originavam as elaborações estalinistas, consideramos importante determo-nos, ainda que por pouco tempo, em um importante elemento constitutivo, *em termos teóricos*, tanto do raciocínio “etapista” da IC acerca do caráter da revolução nos países *atrasados*, quanto da utopia reacionária da burocracia soviética de edificação do socialismo “em um só país”: a ruptura com a noção de *totalidade*.

Como é sabido, a crença na possibilidade do “socialismo em um só país” era, até a morte de Lênin, algo sequer cogitado dentro dos quadros dirigentes do PCUS e da IC, tamanho o grau de afastamento da tradição marxista que tal perspectiva representaria. Marx e Engels, herdeiros da filosofia *totalizante* de Hegel, haviam considerado o capitalismo justamente como uma etapa histórica na qual o mundo tornava-se cada vez mais integrado; o socialismo, enquanto um momento posterior e superior ao capitalismo, não poderia, portanto, de modo algum, limitar-se aos quadros nacionais já extrapolados pelas contradições sociais. Lênin, por sua vez, enxergou a guerra mundial iniciada em 1914, oriunda da disputa entre as grandes potências capitalistas pelas regiões “coloniais” do globo, como uma manifestação incontestada de que a dinâmica da reprodução do capital transbordava as fronteiras nacionais; o imperialismo constituir-se-ia em um fenômeno mundial³. Assim, o célebre chamado à unidade dos “proletários de todos os países” feito por Marx e Engels ao final do *Manifesto* (Marx & Engels, 1963, p. 62), como também a ruptura de lideranças marxistas como Lênin, Rosa e

³ Ver Lênin (1979). A concepção de que o surgimento do imperialismo expressa a necessidade da reprodução do capital de operar para além dos limites nacionais encontra-se também em Luxemburgo (1970).

Trotsky com a II Internacional quando da guerra imperialista⁴, originaram-se não de uma solidariedade de cunho meramente *passional* para com a classe operária das outras nações, mas sim de uma solidariedade proletária decorrente de uma concepção ontológica que tomava o capitalismo enquanto uma *totalidade*. Consideramos, portanto, que o internacionalismo político que caracterizou o marxismo revolucionário desde os tempos de Marx resultava, antes de tudo, do que poderíamos chamar, utilizando-nos de uma categoria cunhada por Alvaro Bianchi para definir um aspecto do pensamento de Trotsky, de um “internacionalismo metodológico”, isto é, de uma perspectiva de análise do mundo dotada de um forte conteúdo *totalizante* (Bianchi, 2007).

Mesmo sem negar o internacionalismo em palavras, a burocracia soviética formulou e defendeu a possibilidade de se erigir uma sociedade socialista restrita aos limites do primeiro “Estado operário” da história. Dado esse fato, inimaginável dentre os bolcheviques até a publicação, em 1924, da obra de Stálin intitulada *Questões do leninismo*, Trotsky viu-se obrigado a resgatar e a defender teoricamente a tradição internacionalista do marxismo revolucionário. Em meio a ataques de todo tipo, Trotsky buscou demonstrar como o próprio Lênin sempre vinculava a continuidade da existência da União Soviética à vitória da revolução nos países mais industrializados da Europa⁵, e que a ruptura do estalinismo com a perspectiva internacionalista tinha “tão grande importância de princípio como, por exemplo, a ruptura da socialdemocracia alemã com o marxismo no problema da guerra e do patriotismo em agosto de 1914” (Trotsky, 1985, p. 4). Segundo Trotsky, “o ‘erro’ de Stálin, do mesmo modo que o da socialdemocracia”, não seria outra coisa “senão o ‘socialismo nacional’” (*idem ibidem*).

É bom lembrarmos, entretanto, que a trajetória intelectual de Trotsky já era marcada, desde seu início, por um viés internacionalista de análise. Em seu *Balanços e perspectivas*, de 1906 (Trotsky, 1975), Trotsky já apontara que a particularidade do desenvolvimento histórico russo originava-se das relações estabelecidas entre a Rússia e o mundo exterior; a dinâmica entre as classes sociais do país sob o capitalismo, distinta da dos países *avançados* europeus, deitava raízes na própria relação entre a Rússia *atrasada*, o mundo asiático e, principalmente, o Ocidente industrializado⁶.

⁴ Como é sabido, a maioria dos dirigentes do SPD alemão, principal organização componente da II Internacional, defendeu a aliança dos trabalhadores alemães com “sua” burguesia quando do início da guerra imperialista em 1914, colocando, assim, a chamada “questão nacional” acima do “internacionalismo proletário”.

⁵ “‘Sem a vitória da revolução na Alemanha, é inevitável a nossa queda’, afirmou Lênin alguns meses após a tomada do poder em outubro de 1917” (Trotsky, 1985, p. 127).

⁶ “As classes possuidoras da Rússia tinham conflitos com as classes possuidoras da Europa, que lhes eram inteira ou parcialmente hostis. Esses conflitos desencadeavam-se através de intervenções do Estado. Ora, o Estado era a autocracia. Toda a estrutura e toda a história da autocracia teria sido diversa, se as cidades europeias não tivessem existido, se a Europa não houvesse ‘inventado a pólvora’ (esta invenção não é nossa), se a Bolsa europeia não tivesse agido.” (Trotsky, 1967, p. 391).

A compreensão da interpenetração dialética entre o “interno” e “externo”, entre as forças e os elementos sociais localizados “dentro” e “fora” do Estado-nação, estaria presente em todas as reflexões de Trotsky acerca dos países que realizaram retardatariamente seus processos de modernização industrial capitalista⁷. De modo algum, os países *atrasados* foram tomados por Trotsky como realidades *em separado*, o que permitiria o equívoco – presente nos “etapistas” e “dualistas” em geral – de analisar as relações entre as classes sociais independentemente da conexão existente entre estas e o mundo “externo”. Longe de uma oposição antitética entre a “nação” e o “imperialismo” – típica dos estalinistas, nacionalistas, *cepalinos* etc. –, Trotsky observou como as relações sociais “internas” dos países *atrasados* eram inteiramente penetradas pelos elementos “externos”, como havia uma articulação indissociável, no interior desses países, entre as forças sociais “internas” e “externas”. Na perspectiva de Trotsky, por exemplo, a “debilidade” da burguesia russa (que a impossibilitava de levar a cabo uma revolução “democrático-burguesa”) era derivada, entre outros fatores, de sua dependência face ao capital estrangeiro, que se agravava com o processo de industrialização. Do mesmo modo, a possibilidade revolucionária aberta ao proletariado do país residia na própria “debilidade” burguesa e também no tipo de industrialização do qual havia nascido: uma industrialização retardatária que, “saltando” etapas, acabou por introduzir no país os elementos técnicos mais sofisticados do Ocidente, gerando, com isso, um proletariado moderno e altamente concentrado em grandes fábricas.

Na mesma linha de raciocínio, Trotsky considerava que também as condições sociais e políticas dos países mais industrializados explicavam-se em função das relações que estes estabeleciam com os países “coloniais” e “semicoloniais”. Ao responder sobre o porquê do pioneirismo italiano e alemão em relação ao fascismo, afirmou: “a Itália, a mais pobre das grandes nações capitalistas, tornou-se a primeira nação fascista. A Alemanha foi a segunda; não possuindo colônias ou ricos países dependentes, esgotou, dessa forma, todas as suas possibilidades” (Trotsky, 2004, p. 74). Nesse exemplo fica claro como, para Trotsky, as formas pelas quais as classes sociais se relacionam politicamente nos países imperialistas, isto é, os regimes políticos assumidos por estes, dependem diretamente do tipo de relação existente, em determinado momento, entre suas burguesias e o mundo “externo” (neste caso, o “colonial” e “semicolonial”).

Mais uma vez, nota-se no método de Trotsky a perspectiva de que as nações são compreendidas enquanto partes componentes e indissociáveis de uma mesma *totalidade* contraditória, como também a percepção de que, em função da integração proporcionada pela economia mundial, as suas condições econômicas,

⁷ Ver Trotsky (2000a; 2000b; 2000c; 2000d), entre outros textos.

sociais e políticas são inteiramente penetradas, e, portanto, em parte constituídas, por elementos provenientes do meio “externo”. Observando as peculiaridades e os papéis desempenhados pelas distintas nações no sistema mundial de Estados, Trotsky, diferenciando-se de uma perspectiva geopolítica, tomava tal sistema como uma expressão da luta de classes internacional⁸. Desse modo, verificou como o capitalismo, em especial a partir de sua etapa imperialista, não poderia ser pensado a partir de limites nacionais rígidos e impenetráveis – o imperialismo não estaria somente “fora” dos países “coloniais” e “semicoloniais”, mas também “dentro” deles, assim como os trabalhadores das nações imperialistas constituiriam, em conjunto com os trabalhadores das “colônias” e “semicolônias”, uma só classe: o proletariado internacional. Daí, por exemplo, a implacável condenação que fez, ao lado de Lênin e outros, da postura “chauvinista” adotada pela social-democracia alemã em 1914; daí, também, sua feroz crítica à política conciliatória da IC em relação às “burguesias nacionais” dos países *atrasados*.

Entendendo que, ao impor a “todos os países seu modo de produção e seu comércio, o capitalismo converteu o mundo inteiro em um único organismo econômico e político” (Trotsky, 1975, p.90)⁹, Trotsky assinalou a existência nas relações entre as nações daquilo que, nas décadas de 1960 e 1970, os *dependen-tistas* chamariam de “interdependência”:

Todo país atrasado, incorporando-se ao capitalismo, passou por diferentes fases de dependência para com os outros países capitalistas; essa dependência podia aumentar ou diminuir, mas a tendência geral da evolução capitalista foi sempre no sentido de um enorme desenvolvimento das relações mundiais, manifestando-se no crescimento do comércio exterior, no qual se acha incluído, naturalmente, o comércio de capitais. A dependência da Inglaterra em relação à Índia possui, certamente, um caráter qualitativo diverso do que possui a dependência da Índia para com a Inglaterra. Mas essa diferença é determinada, em última análise, pela diversidade de suas forças produtivas, e não pelo seu grau de autonomia econômica. A Índia é uma colônia e a Inglaterra uma metrópole. Se, porém, a Inglaterra fosse, hoje, submetida a um bloqueio econômico, pereceria mais depressa

⁸ Nesse sentido, podemos considerar Trotsky como um crítico de uma perspectiva de compreensão das relações entre os países que dissocia a política internacional dos conflitos sociais, hoje, aliás, hegemônica entre os que se dedicam às chamadas “relações internacionais”.

⁹ O trecho em questão é parte do prefácio escrito por Trotsky à obra de Ferdinand Lassalle intitulada *Discurso diante do tribunal* e foi transcrito pelo próprio Trotsky em seu *Balances e perspectivas* (Trotsky, 1975).

do que a Índia. Aí temos, de passagem, uma ilustração demonstrativa da realidade da economia mundial. (Trotsky, 1985, p. 10)¹⁰

Percebendo a existência dessa mútua dependência entre os países imperialistas e suas “colônias” e/ou “semicolônias”, Trotsky detectava as estruturas constitutivas do internacionalismo proletário na época imperialista e, por conseguinte, afirmava a impossibilidade de êxito de qualquer projeto socialista que se limitasse aos marcos nacionais:

Quando se examinam a Inglaterra e a Índia como duas variantes extremas do tipo capitalista, chega-se à conclusão de que o internacionalismo dos proletariados inglês e hindu se funda na inseparável *interdependência* das condições, dos fins e dos métodos, e não na sua *identidade*. Os triunfos do movimento de libertação na Índia desencadeiam o movimento revolucionário na Inglaterra e vice-versa. Uma sociedade socialista autônoma não pode ser construída na Índia, nem na Inglaterra. Os dois países deverão fazer parte de uma unidade mais alta. Só isso constitui a base do internacionalismo marxista. (*ibidem*, p. 7; grifos do autor)

A revolução permanente talvez seja a obra de Trotsky na qual mais se encontram trechos que explicitam seu entendimento do capitalismo enquanto uma *totalidade*. Objetivando demonstrar como tanto a política “etapista” implementada pela IC durante a revolução chinesa de 1925-1927¹¹, quanto a “utopia reacionária” de construção do “socialismo num só país” decorriam, no que diz

¹⁰ Quanto ao fato de a Índia ser descrita como uma “colônia”, devemos lembrar que a obra em questão foi publicada em 1930.

¹¹ A vaga revolucionária surgida na China nesse período teve como resultante um enorme desastre para o proletariado, o campesinato e o conjunto da militância comunista do país. Seguindo orientação da IC, o Partido Comunista Chinês (PCCh), procurando aproximar-se da burguesia “nacionalista” em busca de uma luta contra o imperialismo e os senhores feudais, e objetivando a vitória de uma “revolução democrática”, aliou-se ao Kuomintang, partido “nacionalista-burguês” liderado pelo general Chiang Kai-shek, chegando mesmo a se dissolver no interior deste e a se submeter à sua disciplina militar. Após ter, por ordens de Stálin, entregue suas armas ao Kuomintang em meio a um movimento paredista dos operários em Xangai, os militantes comunistas e milhares de trabalhadores foram literalmente massacrados pelo exército de Chiang Kai-shek. Não satisfeitos com a derrota sofrida em função da política “oportunista” de aliança com Chiang Kai-shek, os dirigentes da IC orientaram o PCCh a aliar-se com a “ala esquerda” do partido burguês chinês, liderado por Wang Ching-wei, que havia provisoriamente rompido com Chiang Kai-shek. Todavia, não tardou para que o Kuomintang de “esquerda” começasse a expulsar de suas fileiras os comunistas e reprimisse as manifestações operárias. Por fim, com o PCCh praticamente dilacerado, a IC, numa guinada “ultra-esquerdista”, orientou os comunistas chineses a criarem, praticamente do noite pro dia, “conselhos” operários, o que resultou num levante frustrado e em novo massacre, dessa vez em Cantão. Ver, entre outras obras, Deutscher (1984, pp. 336-358), Sofri (1987, pp. 329-373) e Schram (1968, pp. 93-140). Tratando do papel do debate sobre a revolução chinesa na constituição do trotskismo brasileiro no início dos anos 30, José Castilho Marques Neto também realizou uma boa síntese do período revolucionário chinês de 1925-1927 (Marques, 1993, pp. 68-87).

respeito ao aspecto mais estritamente teórico, de uma mesma percepção equivocada acerca da natureza do sistema capitalista mundial, Trotsky, nessa obra, por várias vezes argumentou que os vínculos inquebrantáveis entre as nações, criados pela economia capitalista, tornavam errôneo qualquer tipo de elaboração política que as tomassem como unidades independentes:

O marxismo procede da economia mundial, considerada não como simples adição de suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade independente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que, em nossa época, domina do alto os mercados nacionais. As forças produtivas da sociedade capitalista já ultrapassaram, há muito tempo, as fronteiras nacionais. A guerra imperialista não foi senão uma das manifestações desse fato. A sociedade socialista deveria representar, do ponto de vista da produção e da técnica, um estágio mais elevado que o capitalismo: pretender construir a sociedade socialista *no interior de limites nacionais* significa que, a despeito de triunfos temporários, fazemos as forças produtivas recuarem, mesmo em relação ao capitalismo. É uma utopia reacionária querer criar no quadro nacional um sistema harmonioso e suficiente, composto de todos os ramos econômicos, sem ter em conta as condições geográficas, históricas e culturais do país que faz parte da unidade mundial. Se, a despeito disso, os criadores e partidários dessa doutrina [do “socialismo num só país”] participam da luta revolucionária internacional (com ou sem êxito, não vem ao caso), é porque, na qualidade de ecléticos incorrigíveis, aliam, de modo puramente mecânico, um internacionalismo abstrato a um socialismo nacional utópico e reacionário. (*ibidem*, p. 4; grifos do autor)¹²

A décima das quatorze “teses” contidas ao final de *A revolução permanente* é possivelmente a melhor síntese da perspectiva internacionalista que Trotsky opôs ao “socialismo nacional” dos estalinistas do PCUS e da IC:

¹² Curioso notar que, em 1933 (cerca de três anos após a publicação da obra da qual extraímos o trecho acima), os trotskistas brasileiros da primeira geração, organizados então na Liga Comunista do Brasil (LCB), assinalaram, com uma linguagem muito similar à do próprio Trotsky, o caráter *totalizante* da perspectiva marxista de observação da realidade: “A análise marxista da estrutura social capitalista parte de seu caráter sistemático à expansão, como regime econômico, da sua tendência imanente para ultrapassar os limites do Estado nacional. O marxismo chega assim à consideração de uma unidade dialética mais alta – a economia mundial –, causa e efeito do desenvolvimento das forças produtivas, na escala mundial, e que não é a simples soma das economias mundiais isoladas. Por isso mesmo, a luta de classes se desenvolve no plano internacional, não como repercussão da luta travada entre cada proletariado contra sua burguesia nacional, mas reflète no quadro nacional o caráter concreto da etapa alcançada pelo desenvolvimento da economia mundial; em suma, pelo grau atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas, considerado o conjunto do mundo capitalista.” (Liga Comunista do Brasil, 1987, p. 143).

A revolução socialista não pode realizar-se nos quadros nacionais. Uma das principais causas da crise da sociedade burguesa reside no fato de as forças produtivas por ela engendradas tenderem a ultrapassar os limites do Estado nacional. Daí as guerras imperialistas, de um lado, e a utopia dos Estados Unidos burgueses da Europa, de outro lado. A revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e termina na arena mundial. Por isso mesmo, a revolução socialista se converte em revolução permanente, no sentido novo e mais amplo do termo: só termina com o triunfo definitivo da nova sociedade em todo o nosso planeta. (*ibidem*, p. 139)

Pode-se dizer, em resumo, que é facilmente perceptível como o internacionalismo revolucionário pelo qual Trotsky ficaria conhecido pelos estudiosos dos debates comunistas dos anos 20/30 assentava-se sobre uma leitura científica do capitalismo que o autor já realizava desde sua juventude. Löwy, abordando as diferenças entre o pensamento do jovem revolucionário e o que vigorava no movimento operário nos anos iniciais do século XX, afirmou que foi precisamente a compreensão do capitalismo enquanto *totalidade* que distinguiu, “do ponto de vista metodológico, o marxismo de Trotsky daquele dominante na Segunda Internacional” (Löwy, 1998, p. 74). Já Baruch Knei-Paz, estudioso do pensamento do revolucionário russo, afirmou: “Trotsky era certamente internacionalista por temperamento e mentalidade, mas o seu internacionalismo não era somente a moldura idealista que lhe é frequentemente atribuída, mas era parte integrante de sua concepção das necessidades materiais da revolução russa” (Knei-Paz, 1985, p. 182). Em uma avaliação similar, Alvaro Bianchi escreveu acerca do que denominou como o “internacionalismo metodológico” de Trotsky:

Trotsky era um defensor intransigente do internacionalismo político. Como a maior parte de sua geração, circulou muito cedo pela esquerda europeia, não se restringindo aos círculos de emigrados russos, e participou ativamente, por meio de seus artigos, dos debates de então. Sua dedicação às questões de política internacional nos primeiros anos da Revolução Russa e seu empenho na organização da Quarta Internacional costumam ser os exemplos para comprovar essa filiação. Mas não é de uma prática política que aqui estou falando e sim de uma concepção da história e da política que encerra uma dimensão metodológica profundamente internacionalista.

Esse *internacionalismo metodológico* aparece já plenamente em 1906, na sua obra *Balanços e perspectivas*. (Bianchi, 2007, p. 62; grifos do autor)

Nas palavras do próprio Trotsky, é possível encontrarmos o mesmo tipo de afirmação:

A teoria da revolução permanente implica o caráter internacional da revolução socialista que resulta do estado da economia e da estrutura social da humanidade. O internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes. (Trotsky, 1985, p. 24; grifos nossos)

Consideramos, portanto, que essa dimensão internacionalista, *totalizante*, do pensamento de Trotsky constitui-se também na base teórica para seu combate ao raciocínio “etapista” da IC acerca do caráter da revolução nos países “coloniais”, “semicoloniais” e *atrasados* em geral.

Ao considerar o sistema capitalista mundial como uma “simples adição de suas unidades nacionais”, a teoria estalinista acabava por realizar, *na prática*, uma ruptura com a noção hegeliano-marxista de *totalidade*. Recortando as nações de seu contexto internacional, o estalinismo tomava o desenvolvimento histórico destas como algo a ser realizado *em separado*, o que levava ao equívoco de considerar que as formações sociais *atrasadas* poderiam e deveriam repetir as “etapas” históricas vividas pelos países originários do capitalismo.

Em perspectiva oposta, Trotsky entendia que o fato de os países *atrasados* estarem integrados em uma “poderosa realidade independente” impossibilitava que a história trilhasse nesses os mesmos caminhos percorridos pelos países *avançados* em tempos passados. Uma vez inseridos no sistema capitalista mundial, os países *atrasados* tinham nessa inserção um elemento que impreterivelmente determinava seus desenvolvimentos históricos. Assimilando alguns dos elementos mais modernos da tecnologia, da política e da cultura das regiões mais industrializadas do globo, e implantando-os em seus ambientes pouco desenvolvidos (do ponto de vista capitalista), os países *atrasados* criavam realidades sociais particulares, híbridas e altamente contraditórias, nas quais interagiam dialeticamente (e não se opunham antiteticamente, como pensavam os “dualistas”) aspectos “arcaicos” e “modernos”. Longe de possuírem “duas” realidades no interior de suas fronteiras nacionais, os países *atrasados* tinham uma só natureza, de caráter *combinado*, oriunda desse amálgama gerado pelo contato das estruturas “arcaicas” internas com os elementos “modernos” provenientes do exterior. Essa natureza própria dos países *atrasados*, criada a partir da inserção dos mesmos na *totalidade* constituída pelo capitalismo mundial, é que os impossibilitaria de repetir a história dos países capitalistas pioneiros (*lei do desenvolvimento desigual e combinado*)¹³.

¹³ Ver Demier (2017) e Löwy (1998).

Observando a Rússia em 1909, Trotsky percebeu como nela encontravam-se

todos os estágios da civilização: desde a selvageria primitiva das florestas setentrionais, onde alimentavam-se de peixe cru e faziam preses diante de um pedaço de madeira, até as novas condições sociais da vida capitalista, onde o operário socialista se considera como participante ativo da política mundial e segue atentamente... os debates do *Reichstag*. A indústria mais concentrada da Europa sobre a base da agricultura mais primitiva. (Trotsky *apud* Löwy, 1998, p. 75; grifos de Trotsky)

Em 1932, abordando novamente a formação histórico-social russa criada por um processo de industrialização realizado “aos saltos” e sob condições sociais primitivas, escreveu Trotsky:

O capitalismo russo não se desenvolveu a partir do artesanato, para passar da manufatura à fábrica: e foi por isso que o capital europeu, inicialmente sob a forma de capital comercial, depois, sob a forma de capital financiador e industrial, caiu sobre nós, num período em que o artesanato russo, em seu conjunto, ainda não se havia dissociado da agricultura. Daí surgiu, entre nós, uma indústria capitalista bastante moderna, no ambiente de uma economia absolutamente primitiva: uma fábrica belga, ou americana, mas, em derredor, lugarejos, aldeias em casas de madeira, cobertas de colmo e que, todos os anos, eram destruídas por incêndios e por muitas outras desgraças... Os mais antiquados elementos, ao lado das últimas realizações europeias. Daí o papel imenso desempenhado pelo capital da Europa ocidental na economia russa. Daí a fragilidade da burguesia russa. Daí a facilidade com que destruímos nossa burguesia. Daí as dificuldades que surgiram quando a burguesia europeia interveio em nossos negócios... (Trotsky, 1967, pp. 390-391)

A partir dos trechos citados acima, achamos conveniente ressaltar dois aspectos presentes no raciocínio de Trotsky referente ao desenvolvimento do capitalismo nas regiões *atrasadas* do globo.

Primeiramente, é nítido para o revolucionário que a forma particular de desenvolvimento do capitalismo nas formações sociais *atrasadas* deriva, como já dissemos, justamente da sua inserção no sistema capitalista internacional, o que nos permite afirmar que a adoção por Trotsky de uma perspectiva *totalizante* foi a base para a sua compreensão acerca da natureza *combinada* assumida pelo capitalismo nos países que tardiamente realizaram seu processo de industrialização. Segundo Bianchi,

o internacionalismo metodológico de Trotsky lhe permitiu ir além [das interpretações de Lênin acerca da natureza do capitalismo russo] e incorporar uma nova dimensão analítica, investigando os espaços nacionais de produção e reprodução das relações sociais capitalistas e as relações contraditórias que se estabeleciam entre o processo de universalização e internacionalização da forma valor e o processo de particularização da forma Estado. Olhando esse movimento a partir da periferia do capitalismo, Trotsky pôde radicalizar essa concepção, politizando-a: a relação contraditória entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção ocorre com a mediação do Estado-nação. Colocando-se espacialmente na fronteira do capitalismo, Trotsky pôde ver o espetáculo caótico de um tempo partido. O choque do moderno e do arcaico tornava a Rússia atrasada, como queriam os populistas, distante ainda de uma modernidade idealizada. Mas também a tornava contemporânea de um presente capitalista que ela, a seu modo, é claro, também partilhava.

Essa dialética do arcaico e do moderno, do passado e do presente, do *ultrapassado* e do contemporâneo, do velho e do novo, do particular e do semelhante encontra-se fundada na contradição que se estabelecia entre as forças internas do desenvolvimento do capitalismo na Rússia e as forças externas a esta. A categoria de totalidade era, assim, incorporada por Trotsky na análise do processo histórico. O lento desenvolvimento das forças produtivas locais e a consequente precariedade das bases materiais para a formação das classes modernas, por um lado; e, por outro, sua inserção no sistema político e econômico do capitalismo mundial. (Bianchi, 2007, p. 66-67; grifos nossos)

Em segundo lugar, destaca-se que, na compreensão de Trotsky, os elementos “arcaicos” e “modernos” constitutivos das híbridas formações sociais *atrasadas* interagiriam dialeticamente, determinando-se mutuamente. Como afirma Löwy, os diferentes “estágios da civilização”, que, para Trotsky, far-se-iam presentes em nações *atrasadas* como a Rússia, não eram vistos por este como estando “simplesmente um ao lado do outro, numa espécie de coexistência congelada”. Segundo Löwy, Trotsky percebia como eles se articulavam, se combinavam e se amalgamavam (Löwy, 1998, p. 75).

Para Trotsky, seriam justamente essas particularidades sociais dos países *atrasados* que, ao mesmo tempo em que lhes tornavam desnecessárias e inacessíveis as longas estradas históricas já percorridas pelas nações *avançadas*, abriam-lhes-iam possibilidades de desenvolvimento mais acelerado. Na economia e na política dos países *atrasados*, descartava-se, segundo Trotsky, qualquer evolução nos moldes “etapistas”:

É absurdo dizer que não se pode saltar etapas. O curso vivo dos acontecimentos históricos salta sempre por cima das etapas, que são o resultado de uma análise teórica da evolução considerada em seu conjunto, isto é, em sua amplitude máxima, e, nos momentos críticos, exige ele o mesmo salto da política revolucionária. Poder-se-ia dizer que a capacidade de reconhecer e utilizar *esses momentos distingue, antes de tudo, o revolucionário do evolucionista vulgar.*

A análise feita por Marx do desenvolvimento da indústria (o ofício, a manufatura, a usina) corresponde ao alfabeto da economia política ou, melhor, da teoria econômico-histórica. Na Rússia, porém, a usina apareceu sem passar pelo período da manufatura e do ofício. Já são as sílabas da história. Uma evolução análoga verificou-se, entre nós, no domínio da política e das relações de classe. Não se pode compreender a nova história da Rússia sem ter aprendido o esquema de Marx: ofício, manufatura, usina. Mas, não se compreenderá nada quando se tiver aprendido *somente isso*. É que a história russa – digamo-lo sem ofender Stálin – realmente saltara algumas etapas. Todavia, a distinção teórica das etapas também é necessária para a Rússia, porque, sem isso, não se chegaria a compreender o caráter do salto nem suas consequências. (Trotsky, 1985, pp. 105-106; grifos do autor)

O caso russo, para Trotsky, constituía-se em um exemplo concreto de sua perspectiva interpretativa da história, isto é, daquilo que poderíamos chamar, sem grandes compromissos categoriais, de uma “filosofia trotskista da história”, caracterizada pelo seu cunho internacionalista e “antietapista”. Por se tratar de uma nação *atrasada*, a Rússia via-se, em pleno século XX, ainda pendente da realização de uma série de tarefas “democráticas”, como a destruição dos elementos feudais em sua estrutura agrária e a edificação de um regime democrático-burguês. Segundo Trotsky, entretanto, o processo de industrialização realizado “aos saltos” no país – “saltos” estes proporcionados justamente pela interação entre a economia russa e o mercado mundial – propiciara um cenário no qual uma relativamente “débil” burguesia deparava-se com um proletariado “relativamente poderoso”, situação que transmitiu a este último a potencialidade de efetivar as tarefas que, *em tese*, isto é, segundo a perspectiva “etapista”, caberiam, *por direito*, à primeira. Para Trotsky, o proletariado só poderia realizar tais tarefas tomando em suas mãos o leme do Estado e implantando a sua ditadura de classe (ditadura do proletariado), saltando assim a etapa de uma democracia formal, burguesa. Na sua ótica, a correlação de forças entre as classes sociais que permitia (permitiu) a tomada do poder em um país *atrasado* antes que isso ocorresse nas nações altamente industrializadas originava-se justamente do modo *desigual e combinado* como o capitalismo operava na Rússia, modo este que, por sua

vez, resultava, nunca é demais repetirmos, da inserção do país na *totalidade* capitalista mundial. Desse modo, tanto a burguesia quanto o proletariado russos, desenvolvidos e formatados pela industrialização do país, tinham raízes não só “internas”, mas também “externas”. A possibilidade de “saltar” etapas, por parte dos países *atrasados*, só poderia ser compreendida, então, por um raciocínio que os enxergasse a partir de suas relações dialéticas com o mundo *avançado*.

Diferentemente do pensamento *evolucionista* e *economicista*, cultivado tanto pela da II Internacional quanto pela IC estalinizada, que, praticamente desconectando as nações *atrasadas* de seu contexto mundial, mensurava os seus níveis interiores de desenvolvimento econômico e político para lhes determinar qual o caráter de suas revoluções, Trotsky sempre buscou compreender as possibilidades revolucionárias de qualquer nação tomando-as como parte de um processo internacional da luta de classes. Justamente por combinar, em suas formações sociais, um desenvolvimento ainda incipiente das forças produtivas com aspectos e elementos claramente arcaicos, poderiam os países *atrasados* tomar a dianteira das insurreições operárias vitoriosas. Com suas particularidades, os países *atrasados*, tal como os países *avançados*, pertenciam a uma mesma *totalidade* histórico-social, o mundo capitalista, já passível de ser transformado pela ação do proletariado internacional:

Que diferença há, então, entre os países avançados e os países atrasados? Há uma diferença muito grande, mas sempre subordinada às relações da dominação capitalista. As formas e os métodos da dominação da burguesia são extremamente diversos nos diferentes países. Num dos polos, temos a dominação direta e absoluta dos Estados Unidos; noutra polo, o capital financeiro, adaptando-se às instituições caducas da Idade Média asiática, submete-as, utiliza-as e lhes impõe seus métodos – a Índia. Isso nos leva a supor que também a ditadura do proletariado terá, nos diferentes países, um caráter extremamente variado quanto à sua base social, às suas formas políticas, às suas tarefas imediatas e ao seu ritmo. Seja como for, só a hegemonia revolucionária do proletariado, transformando-se em ditadura do proletariado depois da conquista do poder, poderá dar às massas populares a vitória sobre o bloco dos imperialistas, dos feudais e dos burgueses nacionais. (*ibidem*, pp. 108-109)

É possível perceber, assim, como a ideia de *desenvolvimento desigual e combinado*, a crítica à teoria do “socialismo num só país”, a descrença em qualquer papel “progressista” a ser cumprido pelas burguesias dos países *atrasados* e a defesa do caráter socialista da revolução nestes últimos, entre outras elaborações teóricas e formulações políticas de Trotsky, só podem ser compreendidas a partir

da perspectiva internacionalista que o revolucionário adotava diante do capitalismo nas distintas regiões do globo.

Referências bibliográficas

- BIANCHI, Alvaro. “O marxismo de León Trotsky: notas para uma reconstrução teórica”, *Idéias*, nº. 14, pp. 57-99, Campinas, 2007.
- DEMIER, F. “A lei do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky e a Revolução Russa”. In: DEMIER F. & MONTEIRO, M. L. (orgs.). *100 anos depois: a Revolução Russa de 1917*. Rio de Janeiro: Mauad, 2017, pp. 135-166.
- DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta desarmado*. (1921-1929). 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- KNEI-PAZ, Baruch. “Trótski: revolução permanente e revolução do atraso”. In: HOBSBAWM, Eric J. (org.) *História do marxismo V* (o marxismo na época da Terceira Internacional: A Revolução de Outubro: O austromarxismo). 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, PP. 159-196.
- LÊNIN, V. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.
- LIGA COMUNISTA DO BRASIL. “Projeto de teses sobre a situação nacional”. In: ABRAMO, F. & KAREPOVS, D. *Na contracorrente da história*. Documentos da Liga Comunista Internacionalista. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LÖWY, Michael. “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado”, *Outubro*, nº. 1. pp. 73-80, 1998.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MARX, K. & ENGELS, F. *O manifesto do partido comunista*. 5ª edição. Rio de Janeiro (GB): Vitória, 1963.
- SCHRAM, Stuart. *Mao Tse-Tung*. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1968.
- SOFRI, Gianni. “O problema da revolução socialista nos países atrasados”. In: HOBSBAWN, Eric J. *História do Marxismo VIII* (O marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo). 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 329-373.
- STÁLIN, J. *Cuestiones del leninismo*. 11ª edição. Cidade do México: Ediciones sociales, 1941.
- TROTSKY, León. *A História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro/Guanabara: Saga, 1967, 3 volumes.
- _____. *Resultados y perspectivas*. Buenos Aires: El Yunque Editora, 1975.
- _____. *A revolução permanente*. São Paulo: Kairós, 1985.
- _____. *La revolución española*. S.l: El puente editorial, s.d; *Escritos latinoamericanos*.

2ª edição. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky (CEIP León Trotsky), 2000a.

_____. “Tareas e peligros de la revolución en la India”. *In: TROTSKY, L. La teoría de la revolución permanente. Compilación.* Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky [CEIP León Trotsky], 2000b, pp. 539-548.

_____. “Sobre las tesis sudafricanas”. *In: TROTSKY, L. La teoría de la revolución permanente. Op. cit.*, 2000c, pp. 561-567.

_____. “La revolución china”. *In: TROTSKY, L. La teoría de la revolución permanente. Op.cit.*, 2000d, pp. 524-535.

_____. “Discussões sobre o Programa de Transição”. *In: TROTSKY, L. Programa de Transição. A agonia do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional.* (Cadernos Marxistas). São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004, pp. 61-92.

_____. *A revolução traída. O que é e para onde vai a URSS.* 2ª edição. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

Recebido em 15 de dezembro de 2017

Aprovado em 29 de janeiro de 2018